

**Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar supostas irregularidades envolvendo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ocorridas entre os anos de 2003 e 2015, relacionadas à concessão de empréstimos suspeitos e prejudiciais ao interesse público – CPI BNDES .**

**REQUERIMENTO Nº                      , DE 2015  
(Do Sr. ARNALDO JORDY)**

*Requer sejam tomadas as providências necessárias à convocação do Senhor **Guido Mantega**.*

Senhor Presidente,

Requeremos, com fundamento no art. 36, II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvido o plenário desta Comissão, sejam tomadas as providências necessárias à convocação do Senhor **Guido Mantega**, ex-Ministro da Fazenda, para esclarecer as denúncias relacionadas aos empréstimos subsidiados pelo BNDES e ainda sobre os empréstimos para exportação de serviços de engenharia.

**JUSTIFICAÇÃO**

O Sr Guido Mantega, então Ministro da Fazenda do primeiro governo Dilma e membro do Conselho de Administração do BNDES, comandava a equipe econômica responsável por conceder crédito subsidiado pelo BNDES, com taxas e condições atraentes, para empresas com a intenção de estimular a atividade econômica em 2009.

O Ministro Joaquim Levy, ao ser indicado para o Ministério da Fazenda, no final do ano passado, já afirmava que o superávit primário do setor público consolidado deve alcançar valor de, no mínimo, 2% do PIB a partir de 2016, “desde que não haja ampliação do estoque de transferências do Tesouro Nacional para instituições financeiras públicas”. Hoje, mesmo com a decisão do governo de suspender os repasses de recursos do Tesouro ao BNDES, o Ministério da Fazenda estima que a União ainda

vá arcar com um custo de R\$ 184 bilhões nas próximas décadas com os aportes concedidos ao banco. Conforme veiculado no jornal Folha de São Paulo de 09/08 deste ano, somente de 2009 pra cá, o volume total de empréstimos do Tesouro Nacional ao BNDES passou dos R\$ 40 bilhões para R\$ 455 bilhões. Os recursos foram emprestados a taxa de juros próxima à TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), bem inferior ao custo médio com que o Tesouro se financia, que acompanha a taxa Selic.

Neste sentido, faz-se necessária a presença do senhor Guido Mantega a esta CPI para prestar esclarecimentos.

Pelos motivos aqui expostos, solicito o apoio dos ilustres pares na aprovação deste requerimento.

Sala das Reuniões, em      de agosto de 2015.

**Arnaldo Jordy**  
**PPS/PA**